OLIVEIRA, Cristina Lúcia de. Lendo além dos muros: um estudo da pichação sob a perspectiva da análise do discurso francesa. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 2, n 1, p. 05-22, 2021. (ISSN: 2317-1006 - online).

LENDO ALÉM DOS MUROS: UM ESTUDO DA PICHAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

READING BEYOND THE WALLS: A STUDY OF PICHAÇÃO FROM THE FRENCH SPEECH ANALYSIS PERSPECTIVE

Cristina Lúcia de Oliveira[1]

Resumo: Fundamentado no aporte teórico da Análise do Discurso de linha francesa, neste artigo são desenvolvidas reflexões acerca das pichações vivenciadas no espaço urbano de Volta Redonda-RJ, considerando a construção de sentidos a partir da posição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e vinculação ideológica. Para tanto, conta-se com as contribuições de Pêcheux (1995) e Orlandi (2001, 2012, 2015, 2017). Busca-se compreender, além da materialidade linguística e do pré-concebido como vandalismo, os modos de produção de sentido e ampliar as habilidades discursivas em leituras do espaço urbano.
Palavras-chave: Análise do discurso; efeitos de sentido; pichação.

Abstract: Based on the theoretical contribution of the Discourse Analysis of the French line, in this article develops reflections about the graffiti experienced in the urban space of Volta Redonda-RJ, considering the construction of meanings based on the subject's position in its socio-historical context and ideological connection. For that, we count on the contributions of Pêcheux (1995) and Orlandi (2001, 2012, 2015, 2017). It seeks to understand, in addition to linguistic materiality and the pre-conceived as vandalism, the ways of producing meaning and expanding the discursive skills in readings of the urban space.
Keywords: Discourse analysis; sense effects; graffiti.

Introdução

As reflexões acerca da construção de sentidos a partir da posição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e vinculação ideológica inerente às manifestações discursivas permite o desenvolvimento de um olhar atento à análise de pichações no que se refere às tensões relativas a possíveis relações de poder observadas na materialização de discursos de resistência pela língua. Embasado no aporte teórico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), no que afirma sobre a heterogeneidade discursiva e concepção do discurso como prática social, a proposta deste artigo é refletir sobre os sentidos desses enunciados do espaço urbano, especificamente da cidade de

[1]Mestra em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional ProfLetras na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua como docente na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal de Volta Redonda. E-mail: cristinalucia86@hotmail.com

Volta Redonda – RJ, considerando, além da materialidade verbal, os aspectos históricos e sociais, condições de produção e forma de recepção dos textos.

Apoiado nos pressupostos da AD, com a colaboração dos estudos defendidos nacionalmente por Eni Orlandi e Freda Indursky, além de seu maior expoente e originário Michel Pêcheux, consideramos de crucial importância os fundamentos defendidos em relação à tomada da leitura e escrita de maneira efetivamente crítica e reflexiva, uma vez que o texto não compreende uma única possibilidade de sentido ou interpretação. "A noção de texto, enquanto unidade da análise de discurso, requer que se ultrapasse a noção de informação, assim como coloca a necessidade de se ir além do nível segmental. O texto não é soma de frases e não é fechado em si mesmo" (ORLANDI, 2012, p. 28). Assim, numa leitura tomada discursivamente, a construção de sentidos compreende um contexto e uma ideologia.

A leitura numa concepção discursiva

Fundamentalmente, a AD propõe o estudo do sentido a partir da linguagem em uso, observando a posição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e sua vinculação ideológica. Essa teoria defende que são pelas práticas sociais e discursos, existentes no grupo social em que vive, que o sujeito produz sentidos. Então, sujeito e discurso são constituídos pela ideologia, ou seja, o sujeito se insere em uma determinada formação ideológica conforme a posição social ocupada. Por ser assim, o sujeito, por vezes, possui a ilusão de que a ele pertencem o controle dos sentidos e a origem do seu dizer, isto é, um equívoco, já que nos discursos estão embutidos outros sentidos que são produzidos a partir da posição-sujeito dentro do discurso. Dessa forma, a construção dos sentidos não depende apenas da vontade do sujeito, mas da relação que a língua estabelece com a história, a divisão de classes e a ideologia.

Acerca disso, afirma Indurky (2010) que "língua, nesse domínio de saber, vem, desde sempre, entrelaçada à exterioridade e é concebida como uma materialidade através da qual o ideológico se manifesta". Nas inúmeras práticas discursivas, produções de efeitos de sentido, em diferentes níveis de formalidade, o interlocutor capta mais que o puro conteúdo de uma mensagem, visto que será afetado por outros sentidos intrínsecos às práticas discursivas. A língua não é fechada em si mesma, à luz

da AD, ela se constitui concomitantemente ao sujeito, estabelecendo uma relação de composição essencial, na qual o sujeito compreende as relações sociais pela língua, pelo simbólico. Dessa forma, é estabelecida nessa relação com o sujeito, que passa necessariamente pela ideologia e história, visto que, ao falar, o sujeito constitui um sentido e constitui a si próprio, em um processo de formação da identidade na relação com a língua.

A partir dessa perspectiva de estudo, concebe-se a linguagem como mediação fundamental entre o homem e o contexto sócio-histórico em que está inserido, sendo possível perceber, então, "a língua no mundo", relacionando a linguagem à sua exterioridade. Os sentidos não são produzidos pelos sujeitos, e o texto não é uma unidade fechada, já que se conecta com um contexto discursivo. E o texto é, então, objeto de interpretação, sendo responsabilidade da AD o estudo da produção de sentidos, abrangendo não só os sentidos que estão materializados linguisticamente no texto, como também daqueles que podem ser lidos considerando que é o processo discursivo o que traz significado ao texto.

O discurso é uma das dimensões da história, sendo constitutivo dos embates que acontecem na sociedade entre agentes históricos situados em diferentes lugares econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Assim, uma das possibilidades de relação entre o discurso e a configuração histórica na qual ele é produzido se dá ao considerar o sujeito como elemento de mediação entre as diferentes dimensões da realidade histórico-social em que se inclui a dimensão discursiva. O estudo de questões que envolvem fatores como lugar e modo de circulação do discurso, assim como os objetivos e memórias a ele relacionadas, pressupõe um tratamento heterogêneo e flexível do ponto de vista teórico e metodológico, visando traçar a trajetória entre a palavra, o homem e a história. Dessa forma, a relativa materialidade da língua cede espaço a sua materialidade.

Consideramos, ainda, o conceito de "cidade", do ponto de vista discursivo, compreendendo-o como espaço simbólico particular, que possui materialidade e dá forma aos sentidos construídos nesse espaço. Orlandi (2001) revela a relação do indivíduo (sujeito individualizado) com a sociedade, e toma a cidade como espaço de interpretação particular a fim de compreender o discurso urbano.

A AD adota a noção de efeito de sentido, observada a partir de um deslocamento no qual não considera a transmissão de informação entre os interlocutores, uma vez que não há um sentido prévio caracterizado como único e verdadeiro, isento do mal entendido. Ao invés disso, reconhece que outros sentidos são possíveis, de acordo com as distinções de tempo e lugar em que foram produzidos e, até mesmo, distintas posições ideológicas entre os interlocutores.

Reflexões acerca da Ideologia

O conceito de ideologia passou por mudanças no decorrer da história e, ainda hoje, é ocasionador de controvérsias. Nos estudos desenvolvidos pela Análise do Discurso, não há absolutismo no que se refere à ideologia, uma vez que a incompletude é sua característica inerente.

A definição de ideologia inicialmente contemplada pela AD deriva do estudo de Althusser (1980) sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado. Este, porém, se apropria de tal conceito instituído por Karl Marx e Engels. Para Althusser existe a Ideologia geral e as ideologias particulares (religiosa, moral política) que, em suas particularidades, exprimem posições de classe. Em sua primeira tese, afirma que "a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTUSSER, 1980, p. 77). Elas são, assim, ilusão, contudo fazem também referência à realidade, ou seja, fazem alusão à realidade, de maneira que basta interpretá-las para conseguir chegar até a própria realidade que a concepção de mundo engana. Desta forma, ideologia é ilusão e alusão.

A segunda tese de Althusser afirma que a ideologia tem uma existência material, expressa em vários sentidos, como práticas e rituais vividos com certa frequência em condições determinadas, e só há prática através da ideologia. Por sua vez, só existe ideologia através e para sujeitos, o que assevera a declaração de que o homem "é, por natureza, um animal ideológico" (ALTHUSSER, 1980, p. 94). Assim como, é de indispensável importância a reprodução das condições de produção das formações sociais asseguradas ideologicamente, ou seja, a ideologia dominante deve produzir-se e reproduzir-se para assegurar seus efeitos de verdade e ocultar as contradições sociais.

> As evidências tonazes (evidências ideológicas de tipo empirista) do ponto de vista da produção, isto é, do ponto de vista da simples prática produtiva (ela própria abstracta em relação ao processo de produção), estão de tal maneira embutidas na nossa consciência quotidiana, que é extremamente difícil, para não dizer quase impossível, elevamo-nos *ao ponto de vista a reprodução*. (ALTHUSSER, 1980, p. 10)

Quanto a isso, sustenta Pêcheux, que é a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" (1997, p. 160). Assim, a noção de ideologia apresentada por Pêcheux diz respeito a uma determinada materialidade que se articula com outras a fim de se reproduzir.

Brandão (2004) assevera que a ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos, exercendo papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através dos rituais materiais da vida cotidiana que a ideologia opera a transformação dos indivíduos em sujeitos, inseridos em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. "Como categoria constitutiva da ideologia, será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível" (BRANDÃO, 2004, p. 26).

Assim, há a formação ideológica em que o indivíduo é assujeitado, ou seja, dominado pela ideologia formada pelas práticas sociais, pré-determinado pela sua formação ideológica, o que se materializa no discurso, na formação discursiva. Sobre essa relação, esclarece Orlandi:

> O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são reflexo de uma evidência. A ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. (ORLANDI, 2015, p. 93)

Compreendemos aqui, então, a ideologia além de um conjunto de ideias, hábitos ou pensamentos, mas como forças materiais que constituem indivíduos em sujeitos, como uma prática significativa. Ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história para que se signifique.

Sendo assim, as formações discursivas (FD) estão presentes nas formações sociais materializando a ideologia, constituindo-se como lugar de evidência do

interdiscurso, revelando a constituição de um discurso em relação a outros existentes, e, por isso, tornando-as heterogêneas e possibilitando a intervenção nos conflitos ideológicos. Dessa forma, a relação da AD com o político está na busca em elucidar tanto as "verdades" evidentes como as veladas.

Sobre a posição sujeito e o sentido

A noção de sujeito na Análise do Discurso de matriz francesa não equivale à noção de indivíduo, e sim a uma posição ocupada no discurso, historicamente determinado e constituído pela ideologia. Nessa linha de estudo, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer, construindo sua identidade na interação com o outro. Não há discurso sem sujeito, da mesma forma que não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2015). Há, então, uma diferença fundamental entre o indivíduo físico e o sujeito, afetado pelas condições de produção do discurso e seu lugar social, já que o mesmo indivíduo pode construir discursos diversos em lugares sociais distintos. "Na análise do discurso é mobilizado um sujeito social que se inscreve em um lugar ideológico e, a partir dele, exerce a função-autor" (INDURSKY, 2017, p. 79). Então, o discurso do sujeito depende da posição social por ele ocupada.

Dessa forma, os sujeitos do discurso são intercambiáveis. Enunciador e destinatário indicam diferentes posições sujeito ao se constituírem com pontos de relação de interlocução em um jogo de formações imaginárias que regem todo o discurso. A produção e gestos interpretativos do discurso são influenciados por um jogo de imagens que representa o imaginário que se faz de si (emissor), do outro (receptor) e do referente. A partir das imagens que locutor e interlocutor têm de si e um do outro, cria-se a possibilidade de "antecipação" ao se colocarem no lugar do outro a fim de pressupor uma resposta. E é esse jogo de antecipação o maior responsável pela argumentação, visto que todo processo discursivo acredita que, por parte do emissor, há uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso.

Em Althusser (1980), a noção de "forma-sujeito" é definida como forma de existência histórica de um indivíduo agente das práticas sociais. O indivíduo humano apenas poderá ser agente de uma prática se estiver revestido da forma-sujeito

(ORLANDI, 2017, p.21). O sujeito não é, por si só, senhor do seu discurso, visto que o que se diz está sempre embasado em algo. De acordo com Pêcheux (1995, p. 162), a posição-sujeito constitui-se simultaneamente e transmite ao sujeito a sua "realidade", enquanto sistema de evidências. Assim, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina, isto é, da ideologia que, através do interdiscurso, interpela indivíduo em sujeito, logo, este não é a origem de si.

Sobre a interpelação do sujeito, Brandão (2004) observa:

> Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da "interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico". Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. (BRANDÃO, 2004, p. 46)

Desse assujeitamento, resulta, então, a chamada forma-sujeito histórica, para compreender a subjetividade é necessário considerar a sua historicidade. O sujeito, uma vez interpelado, ocupa um lugar social, produz um discurso resultante de um determinado lugar histórico-social-ideológico.

Sob esse viés, sentido e sujeito só podem existir mediante o assujeitamento à língua. A esse processo, Orlandi (2015) define como uma contradição, dado que o sujeito é livre para que tudo possa dizer e, ao mesmo tempo, submisso, visto que só poderá dizer caso se submeta à língua. Assim, o assujeitamento acontece proporcionando a ilusão de um discurso oriundo unicamente de seu pensar e capaz de refletir fielmente a realidade, como dotado de uma determinada autonomia.

No entanto, assim como os sentidos não são completos, os sujeitos também não. Formam-se pela relação, movimento e, até mesmo, pela incompletude.

> Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelindo, de um lado, pela língua e, do outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade. Assim o homem (se) significa. (ORLANDI, 2015, p. 51)

E é nesse processo de significação mútua que é possível revelar todos os agentes presentes nas relações discursivas, ampliando as possibilidades de um texto. Assim, a leitura tomada discursivamente não pode ser concebida de maneira automática. No momento da produção textual, o autor tenta imaginar o seu público-alvo, contudo, após gerado, o texto é exposto a uma variedade de atos de interpretação, uma vez que o sujeito leitor interfere atribuindo-lhe sua visão pessoal, cultural, histórica e ideológica. Desse modo, todo texto é polissêmico do ponto de vista de cada sujeito, pois cada um irá interpretar de acordo com suas experiências. É necessário que o leitor compreenda o que o autor falou e o que ele poderia ter falado, e quanto maior for sua história de leituras mais facilidade haverá nesse processo. O gesto de leitura é, portanto, uma tomada de palavra, um gesto de interpretação que se dá na história em uma relação inerente à ideologia.

Como postula Pêcheux, "o sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas" (PÊCHEUX, 2006, p.27). Na perspectiva da AD, não se pressupõe que a língua seja transparente, negando-lhe, assim, a tarefa de decodificação, ao passo que igualmente não a considera como prática de desocultação, sendo antes a linguagem opaca. É uma relação que concebe a língua como dotada de possíveis significações, contudo não qualquer significação, já que a história e o funcionamento da ideologia constituem o próprio funcionamento da língua e sujeito, ou seja, a ideologia se forma pelas práticas sociais e o discurso materializa a ideologia.

Nessa relação, é importante refletir que o sujeito é social e historicamente construído e seus elementos de construção estão nas relações sociais, isto é, a partir delas eles se reconhecem como sujeitos. "Uma palavra recebe seu sentido na relação com as outras da mesma formação discursiva e o sujeito-falante aí se reconhece" (2017, p. 77). Diferencia-se, assim, o lugar dos sujeitos – lugares ocupados pelos sujeitos empíricos em uma sociedade de relações hierarquizadas – da posição dos sujeitos que acontece em momentos de projeções feitas por eles em situações discursivas, que os possibilitam transitar das situações empíricas para as posições de sujeito do discurso.

Por que a pichação?

Na perspectiva discursiva, a produção de sentidos acontece num processo que conjuga o texto a seus contextos de produção e de recepção, colaborando para o desenvolvimento de uma postura ativa por parte do leitor, que aciona seu conhecimento de mundo para associar saberes prévios à interpretação. Assim, falar de leitura, como ressalta Orlandi (2012) pode significar "concepção" e é nesse sentido que é usada quando se diz "leitura de mundo", o que reflete a relação com a noção de ideologia.

Apesar disso, nos textos observados nos muros, interagem diferentes sujeitos sociais, sendo assim, considerados manifestações de um processo discursivo (ORLANDI, 2012). Portanto, a escolha das pichações da cidade como objeto de estudo, ocorre pelo fato de materializarem a cultura popular, além de, sobretudo, apresentarem forte caráter crítico, social e ideológico.

Há uma extensa possibilidade de variação do gênero pichação, contudo, os muros da cidade de Volta Redonda apresentam muitas dessas manifestações em forma de protesto e reclamação social, bem posicionadas em tempo e espaço, gerando sentido especial ao se considerar o contexto sócio-histórico.

O espaço urbano, caracterizado por integrar diferentes atividades sociais, econômicas e culturais da sociedade, é palco das mais diversas manifestações de pensamento; expressões de um povo que carece por comunicar-se, seja com intenções informativas, narrativas, poéticas ou argumentativas, língua e história se articulam a fim de produzir sentidos. Gestos de interpretação se materializam num espaço em que o simbólico e o político se unem, estabelecendo a ordem do discurso urbano na qual são definidas questões e possibilidades acerca de sua significação e processamento discursivo.

> A cidade tem assim seu corpo significativo. E tem nele suas formas. O rap, a poesia urbana, a música, os grafitos, pichações, inscrições, outdoors, painéis, rodas de conversa, vendedores de coisa-alguma, são formas do discurso urbano. É a cidade produzindo sentidos. Como funcionam? Como *flagrantes*. São formas de significar com sua poética, por assim dizer, incluídas na própria forma material da cidade. Não se destacam dela senão para funcionar como *lembretes* (chamadas para o exterior). E isso é que faz com que aí se inaugurem outras formas de narratividade que não têm um narrador com seu "conteúdo", nem são textos fechados, destacados das condições de que fazem parte. (ORLANDI, 2001, p. 11)

A cidade, do ponto de vista discursivo pode ser compreendida como espaço simbólico particular, que possui materialidade e dá forma aos sentidos construídos no

espaço urbano. Orlandi (2001) ressalta que a cidade põe o olhar em movimento. O que se torna como fragmentário são flagrantes, sentidos em trânsito, assim, a materialidade da cidade des-organiza o lugar totalizador imaginado pela impressão de arredondamento da paisagem, oriunda de um olhar organizador e totalitário. Tendo isso em vista, observa-se a necessidade de um método como a AD para ir além desses efeitos de sentido e confrontar-se com o lugar em que fazem sentido, onde o simbólico e o político se articulam.

Compreender os flagrantes da cidade, seus modos de aparição, ou seja, os gestos que dão corpo à cidade implica refletir em que sentidos se materializa e a maneira como o político determina esses sentidos em situações nas quais o sujeito urbano se narra como parte da cena, de dentro das palavras da cidade – a narratividade urbana.

Nesse contexto, há uma sobreposição do urbano sobre a cidade, delimitando-a a ponto de silenciar o seu real e o seu social, dado à generalização do discurso urbanista que integra um senso comum produtor de uma homogeneização ideológica no modo de significar da cidade. Nessa discursividade urbanista, a cidade metaforiza-se em um lugar cujos sentidos se transferem para a violência. Embora o discurso social não seja homogêneo, essa sobreposição é responsável por provocar a verticalização das relações horizontais na cidade, transformando-a em espaço social hierarquizado, o que será refletido na organização social com separações de regiões, fronteiras imaginárias, ou seja, segregação.

Nossa proposta de reflexão é ultrapassar a organização do discurso urbano para procurar entender como o conflito entre simbólico e político configura sentidos. Como afirma Orlandi (2001, p. 11) “desorganizando o imaginário do urbano e entregando (se) (a)o real da cidade. Poderemos então compreender como esse sujeito, afetado pela política do dizer, ao ‘encontrar’ palavras é afetado pela história, tornando um dizer possível”.

As manifestações visuais em muros, fachadas e monumentos alteram a paisagem urbana à proporção que integram seu contexto. É possível a constatação da necessidade de deixar-se, de transmitir algo de si, ainda que de maneira transgressora. E, desse modo, evidencia-se na materialidade da linguagem o processo de formulação de sentidos em sua manifestação social concreta, que se dá em uma relação que vai além de forma/conteúdo.

No Brasil, a prática da pichação é considerada vandalismo e crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que estipula pena de detenção de 03 meses a 01 ano, e multa, para quem pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano. Contudo, não se pode negar que a pichação é um fenômeno discursivo. Ilegal e subversiva, a prática antiga que se popularizou e traz a voz de um povo marginalizado, sendo, muitas vezes na história mundial, utilizada como forma de expressão para reivindicações populares e protestos, aparece como uma das formas de dar vazão ao descontentamento e à falta de expectativas. Muitas vezes, alvo de discriminação, principalmente, pela segregação discursiva que emerge ao considerar um enunciado como verdadeiro medido pela importância social do enunciador, geralmente figuras de poder.

De acordo com Orlandi (2004, p. 30), as pichações são *narratividades urbanas*, isto é, por ser algo fundamentalmente urbano, elas narram, nos muros e monumentos, por meio de uma escrita, às vezes até indecifrável, a maneira como a sociedade se simboliza e simboliza para o sujeito. São *narratividades* porque materializam linguístico-historicamente, nesse espaço, dizeres daqueles que, "excluídos" do sistema, saem do "silêncio" por meio desse gesto significado politicamente como ilegal.

Despindo-se de julgamentos acerca de sua legitimidade, já que é fato sua presença e permanência nas ruas, é preciso observar que a pichação ultrapassa o vandalismo ao tornar-se um produto ideológico, expressar uma ideia. Como os sujeitos não são inertes, ao pichar um muro, sua existência é atestada através desse gesto simbólico que o liga de algum modo à sociedade. E, sobre a importância de analisar com seriedade essa manifestação discursiva, Orlandi (2012, p. 211) enfatiza: "a pichação, o grafite, as camisetas com letras e desenhos, o *piercing*, a tatuagem são manifestações de um mesmo processo discursivo que deve ser pensado em suas condições sócio históricas, produzindo efeitos de sentidos próprios a determinadas condições políticas e ideológicas".

Nessa perspectiva, configura-se uma manifestação de contra poder, uma vez que há a proibição da lei, e para se expressar ocorre a transgressão – o sujeito picha –, com isso, a sociedade recrimina a prática, todavia, o que está sendo materializado nos muros, em muitos casos, é a voz da própria sociedade, uma tentativa de denúncia de suas mazelas. A prática da pichação pode ou não ser influenciada por eventos políticos e sociais, nessas situações acontece a interação com acontecimentos na história e acabam assumindo cunho

denunciativo, fazendo do espaço urbano um lugar de clara opinião pública e exposição ideológica. Todavia, considerando, ainda, a chamada relação de forças, discorrida por Orlandi, em uma sociedade hierarquizada, o dizer de uma pichação vale menos que um dizer transmitido de maneira não marginalizada, pois são as formações imaginárias que produzirão a imagem do sujeito e do objeto do discurso (ORLANDI, 2015, p. 18).

Sobre esse consenso geral é que emergem os questionamentos sobre o gênero discursivo pichação. Ainda que seja uma produção de sujeito anônimo, nesse processo, ele dialoga com a sociedade. "Nossa finalidade é pensar a cidade no domínio das ciências da linguagem. Do ponto de vista discursivo, a cidade é um espaço simbólico particular tendo sua materialidade que produz sua própria forma de significar" (ORLANDI, 2012, p. 186). Ou seja, a cidade é espaço em que se materializam gestos de interpretação, onde há articulação do político e do simbólico. A tomada de palavra nessas situações é a apropriação do "seu" espaço, no espaço público "publicizando" sua presença.

Lendo (além) (d)os muros

Neste trabalho, nosso objeto de análise são as pichações da cidade de Volta Redonda, situada no interior do estado do Rio de Janeiro, conhecida como "Cidade do aço" por abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional. Nas Figuras a seguir, observamos a posição do sujeito enunciador ao dialogar com a sociedade, num gesto em que são explicitadas críticas e denúncias, colocando o discurso sobre a cidade em confronto – exercício da liberdade do pensar e intervir enquanto sujeito no espaço, produzindo sentidos, sendo possível ressaltar o teor argumentativo dessa escrita, funcionando até como mecanismo de antecipação que prevê o que o leitor verá.



Figura 1: Pichação em Volta Redonda-RJ
Fonte: Fotos da autora (2019)

Na Figura 1, centramo-nos na análise da pichação onde se lê “Muros gritam a luta de um povo sem voz”, na qual constatamos a existência de um protesto no espaço urbano. Atentando-nos às escolhas linguísticas desse texto, percebemos alguns posicionamentos discursivos e expandimos seus efeitos de sentidos na revelação de uma relação de disputa entre um povo *sem* voz e um povo *com* voz. Assim como, o emprego do verbo *gritar* como forma de expressão do sujeito sintático *muros,* responsável por veicular o discurso de um povo silenciado e incapaz de posicionar-se, justificando, portanto, a urgência dos muros a revelar sua luta, da maneira mais enfática possível.

Considerando a historicidade, movidos pelo interdiscurso, a partir de uma formação ideológica, é possível compreender a pichação em análise como evidência de uma relação de poder estabelecida socialmente por classes com mais ou menos influência e direitos, já que entendemos a cidade como espaço de tensão e disputa, sobretudo, ideológicas. Possibilidade de leitura descrita por Orlandi:

> A leitura atesta os modos de materialização do político. Ler é fazer um gesto de interpretação configurando esse gesto na política da significação. Leituras diferentes não são gratuitas nem brotam naturalmente. Elas atestam modos de subjetivação distintos dos sujeitos pela sua relação com a materialidade da linguagem, ou melhor, com o corpo do texto, que guarda em si os vestígios da simbolização de relações de poder, na passagem do discurso ao texto, em seus espaços abertos de significação. (ORLANDI, 2012, p. 68)

Assim, concluímos a maneira como a materialidade do texto, a pichação, pode guardar “vestígios da simbolização de relações de poder” quando estendemos sobre ela uma leitura concebida discursivamente.



Figura 2
Fonte: Fotos da autora (2019)

A Figura 2 mostra o registro de uma pichação em Volta Redonda em que se lê "Com armas, miseráveis se matam! Com educação, matamos a miséria!". Observamos o jogo de palavras construído através da inversão (miseráveis matam X matamos a miséria) que propõe um jogo de oposição bastante crítico. Além da materialidade linguística, outros fatores cooperam para a peculiaridade dessa produção: a pichação foi feita no muro de uma escola, no período de discussão acerca do decreto de posse de armas de fogo do governo do presidente Jair Bolsonaro. Nesse contexto, os efeitos de sentido produzidos a partir da leitura da pichação adquirem proporções de amplitude social e estabelecem uma relação de forças, de poder, no que se refere às possibilidades de ação de um povo, o "nós" implícito no texto.

Nas palavras de Ramos (1994, p. 43), "o espaço visual da cidade se altera, ganha uma outra dimensão pela ação de grupos ou indivíduos que por ali passam e imprimem sua marca. O muro vira mural (...) suporte para manifestações de todo e qualquer cidadão". E, para Orlandi:

> Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o capital está investido. Nesse espaço definido pela memória, a história se faz por um "eu" que é urbano. Esse sujeito, tomado na necessidade de produzir sentidos na cidade – pela textualização de sua relação com outro e aos objetos simbólicos no espaço público – estabelece uma realidade significativa estruturada que deixa traços. O trabalho do analista é explicitar por esses traços sua compreensão dos jogos de interpretação que aí estão materializados. (ORLANDI, 2012, p. 193)

Nessa apropriação de espaço, a pichação excede o limite de um simples ato de rebeldia para constituir uma ação de poder em resposta a imposição de outro poder. Assim, ao passo em que uma imposição é feita, uma reação contrária é desencadeada, de tal forma que se torna preciso que o poder seja revisto para tentar ser restabelecido, logo, ocasiona-se um jogo de enfrentamentos no qual o discurso se estabelece como mecanismo utilizado para que o poder funcione.

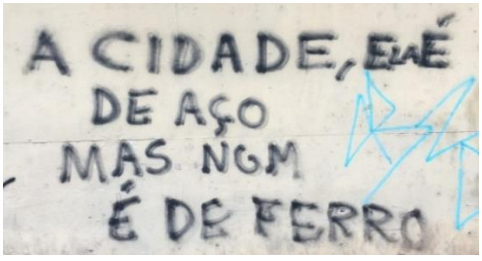

Figura 3: Pichação em referência à "cidade do aço", alcunha de Volta Redonda.

Fonte: Fotos da autora (2019)



Figura 4: Pichação em referência à poluição da cidade
Fonte: Fotos da autora (2019)

Nas Figuras 3 e 4, as pichações trazem os seguintes enunciados “A cidade, ela é de aço, mas ninguém é de ferro” e “A cidade cinza pede mais cor”, observamos menções de referência direta à Volta Redonda, conhecida como “cidade do “aço” devido à Companhia Siderúrgica Nacional, sua maior fonte econômica, e, por isso mesmo, classificada pelo IBGE (2013) como a segunda cidade com a maior vocação poluidora do estado, ficando atrás somente da capital, Rio de Janeiro.

Veiculadas nesse lugar, inseridas nesse espaço, as pichações revelam uma intenção que vai além do “sujar a cidade”, para apresentar uma visão, ou melhor, uma voz daqueles que compreendem as problemáticas de onde estão inseridos e necessitam se posicionar.

Mais uma vez, as escolhas linguísticas surpreendem e marcam a presença de um sujeito posicionado ideologicamente em um discurso. Num processo de personificação, a cidade cinza, reflexo da poluição de seu ar, *pede* mais cor, busca ajuda para a resolução de suas mazelas, assim, ela ganha corpo, ganha voz em virtude de um texto que também a compõe, que a significa.

Compreendemos esses enunciados como um protesto que revela uma manifestação social materializada no texto, a partir da consideração da historicidade, movidos pelo interdiscurso, a partir de uma formação ideológica. Visto que é pelas condições de produção que o sujeito formula o seu dizer, seus sentidos (ORLANDI, 2004, p. 29), procuramos aqui entender de que maneira esse sentido atribuído ao texto é formulado.

O conceito de sujeito como uma posição ocupada no discurso, determinado pelo histórico e constituído pela ideologia pode ser explorado na análise dessas pichações, uma vez que o indivíduo constrói sua identidade na interação com o outro, em resposta a problemáticas reais, ao passo em que é construído como sujeito social, inscrito num lugar ideológico.

Assim, concluímos as possibilidades de leituras outras, que transcendem o espaço material do texto. A expressão "ninguém é de ferro", na cidade de aço, produz efeitos de sentidos diferentes de outros lugares, evidenciando formações discursivas que atravessam o texto, o que confirma a perspectiva da AD de que o "sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sóciohistórico em que as palavras são produzidas" (ORLANDI, 2012, p. 77), visto que os sentidos foram produzidos, na leitura do texto, valendo-se de elementos externos à materialidade linguística, como a história da cidade e as formações ideológicas por ela afetadas, as condições de produção e circulação. Em um outro lugar, "ninguém ser de ferro" poderia produzir outros sentidos, no entanto, sê-lo na cidade do aço acionou a construção de uma leitura relacionada a tantas outras possíveis.

Nesses exemplos, então, são percebidos pontos de interlocução que suscitam reflexões nos quais são estabelecidos o jogo imaginário em que locutor se coloca na posição do interlocutor, adiantando-lhe uma resposta que coopera para os efeitos de sentido presentes no discurso. Observando que a abordagem discursiva mencionada e a produção de sentidos acerca das pichações da cidade fornecem subsídios para a construção de gestos interpretativos mais amplos e reflexivos. Ou seja, colabora para a prática de uma leitura que transcende a decodificação linguística, tomando a leitura como aquilo que acreditamos que é: uma prática social.

Considerações finais

Pensando a cidade como lugar de interpretação (ORLANDI, 2004, p. 49), expandimos o nosso trabalho com a leitura trazendo o inesperado típico desse espaço – a pichação – na proposta de um olhar analítico e reflexivo de sua relação com o político e com o histórico. Pautados na Análise do Discurso Francesa, no que estabelece a relação da língua com a história e as formações ideológicas, buscamos compreender os

sentidos como gestos de interpretação, bem como analisar de que forma os elementos linguísticos, na superfície textual, auxiliam na sugestão dos sentidos e posicionamentos diversos, num jogo discursivo.

Para tanto, estabelecemos um estudo reflexivo inicialmente sobre o conceito de ideologia, apresentando as influências e contribuições existentes para a definição adotada pela AD, ou seja, uma concepção da ideologia como uma prática significativa, que se estabelece como efeito da relação do sujeito com a língua e com a história. Assim como seguimos o artigo com a reflexão sobre a posição sujeito e o sentido, privilegiando a noção de assujeitamento (PÊCHEUX, 1995), a partir da interpelação ideológica do indivíduo em seu contexto sócio-histórico.

Após a mobilização e estudo dos conceitos apresentados, lançamos um olhar investigativo às pichações especificamente da cidade de Volta Redonda – RJ, identificando-as como narrativas urbanas (ORLANDI, 2004), visto que nesse espaço trazem, por meio de uma escrita, a maneira como a sociedade se simboliza e simboliza para o sujeito. Assim, materializam linguístico-historicamente dizeres de um sujeito que sai de seu silenciamento para se comunicar através de um meio visto como ilegal.

Dessa forma, buscamos analisar de que forma o processo de assujeitamento pode ser observado em textos que circulam em muros, em formato de pichações, e refletir sobre seus efeitos de sentidos. Com isso, observamos que, no *corpus* selecionado, são desvelados protestos que revelam uma manifestação social materializada no texto, a partir da consideração da historicidade, movidos pelo interdiscurso a partir de uma formação ideológica, o que assevera os postulados da AD no que se refere às afirmações de que é pelas condições de produção que o sujeito formula o seu dizer e seus sentidos, além de apresentar um gênero discursivo marcado pela marginalização e silenciamento como forma legítima de manifestação discursiva no espaço urbano.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.* 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BRANDÃO, Helena Maria Nagamine. *Introdução à análise do discurso.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004

GITAHY, Celso. *O que é graffiti.* São Paulo: Brasiliense, 2012.

INDURSKY, Freda. *Estudos da linguagem*: língua e ensino. Revista Organon, Porto Alegre: Dionéia, 2010.
INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Introdução às Ciências da linguagem*: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2017, p. 37-88.
LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1998.
LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Introdução às Ciências da linguagem:* discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006, p. 81-104
ORLANDI, Eni. *Cidade atravessada:* os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.
ORLANDI, Eni. *Discurso e texto:* formulação e circulação dos sentidos. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
ORLANDI, Eni. *Análise do discurso:* princípios e procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2015.
ORLANDI, Eni./LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem* – Discurso e textualidade. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura e acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.
PÊCHEUX, Michel. *O Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997 [1975].
RAMOS, Célia Maria Antonacci. *Grafite, pichação & Cia.* São Paulo: Annablume, 1994.

Recebido em novembro de 2020.

Aceito em janeiro de 2021.